

LÍNGUA PORTUGUESA E CIÊNCIA NO ESPAÇO LUSÓFONO

Anabela Gradim*

Resumo

Pensar a linguagem articulando os seus aspetos instrumental e ontológico para discutir o papel do português como língua de ciência e cultura é o propósito deste trabalho, em que se avaliam as atuais condições de produção e publicação de ciência, defendendo que a um período de internacionalização marcado pela publicação em inglês, se poderá seguir o reforço do português como língua de cultura e ciência. Listam-se as condições do espaço ibero-americano enquanto mercado linguístico para a expansão da publicação de ciência, e sinais da afirmação do Português e Espanhol nos *fora* científicos, para reclamar políticas da língua mais conscientes do papel desta enquanto instrumento simbólico e político.

Palavras-chave: Língua de ciência; publicação académica; capital linguístico; políticas da língua

* Anabela Gradim é licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, e mestre, doutora e agregada em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior, onde se doutorou com a dissertação *A dimensão comunicacional da semiótica de Peirce*.

Ensina Jornalismo, Comunicação e Metodologia na Faculdade de Artes e Letras da UBI, onde dirige o Doutoramento em Ciências da Comunicação. É investigadora do Labcom – Laboratório de Comunicação Online, coordenando o Grupo de Comunicação e Media.

Os seus interesses de investigação prendem-se com o Jornalismo, a Comunicação de Ciência, a Semiótica, a Retórica e o interface destas disciplinas com a Cibercultura e os Novos Media.

Universidade da Beira Interior, Portugal.

E-mail: anabela.gradim@labcom.ubi.pt

Pensar a ciência, em especial as Ciências Sociais e Humanas, no espaço Lusófono, convida a uma reflexão sobre a língua no seu aspeto instrumental, enquanto veículo de comunicação, e no seu aspeto ontológico, enquanto infraestrutura de pensamento e fala no campo da expressão simbólica. Não é possível nem desejável separar os dois aspetos e, no entanto, são usualmente tratados como entidades separadas. Neste trabalho tentaremos dar conta da sua ligação e interdependência, defendendo que considerar o político/instrumental sem referência ao ontológico/existencial é uma forma de mutilar um debate político que, sob tais pressupostos, nem político chegará a ser.

Portugal não tem uma política para o Português como língua de ciência. Na verdade, nas últimas décadas a política científica nacional construiu sistematicamente incentivos ao desaparecimento do Português como língua de criação e comunicação de ciência. Na raiz desse apagamento do Português como veículo de ciência está a legítima ambição de “internacionalização” da investigação científica nacional aferida por padrões internacionais, e que se materializa na publicação em inglês em revistas indexadas de alcance universal. Acresce que a integração na União Europeia e a dependência de um sistema de financiamento supranacional na alocação e validação da aplicação de fundos introduzem um enviesamento adicional em favor da utilização de uma língua comum, que no contexto europeu nunca será o Português.

Estas duas conquistas: publicação no idioma universal, a língua hipercêntrica do sistema das línguas que é o inglês (de Swaan, 1993), e acesso aos *fora* de publicação internacionais são importantes, e representam a saída da ciência que se pratica em Portugal da sua “menoridade intelectual”, e um virar de página relativamente ao fechamento da universidade salazarista, que comparava mal com as congéneres europeias e anglo-saxónicas.

Processos de construção como estes – criação e credibilização de um sistema científico nacional – obedecem a ciclos longos, pelo que pouco perceptíveis no imediato. No entanto, se observado no médio prazo, há sinais de notáveis melhorias nas últimas quatro décadas. Hoje já não comparamos mal com as congéneres europeias; e tomando em conta a dimensão do país e o nível de financiamento, a produtividade científica nacional é elevada, comparando bem com países congéneres, algo que devia ser motivo de orgulho para a comunidade.

Em 2016 Portugal investiu 1,26% do seu PIB em Ciência, enquanto a média da OCDE foi quase o dobro: 2,33%. Os países que mais investem são Israel e a Coreia do Sul, com 4,2% do PIB; seguindo-se a Suíça, a Suécia, o Japão e a China,

todos com percentagens acima dos 3%. Bastante abaixo da média da OCDE, o investimento Português em percentagem do PIB apenas fica à frente da Eslováquia, Grécia, Polónia, Turquia, México e Chile (OCDE, 2018).

No entanto, em termos de produção científica, também dados da OCDE, os resultados estão acima da média do mundo (1,0), com um share nos 25% jornais mais citados na Scopus de 1,18; à frente do país que mais investe, a Coreia do Sul, com 0,98; e de muitos outros de maior dimensão (China e Rússia) que também investem mais. Note-se que este indicador considera não a quantidade, mas o *share* de publicação no primeiro quartil da Scopus; ou seja, é uma medida de influência e impacto no mundo, e não puramente de quantidade.

Medido com estes critérios, o *ratio* investimento/productividade (resultados) é claramente favorável ao trabalho dos cientistas portugueses. Apesar da diversidade e heterogeneidade de áreas científicas, este trajeto aponta para um patamar de maturidade que sugere ser possível conciliar a defesa da produção e comunicação de ciência em Português, e a internacionalização do sistema científico e tecnológico nacional. Há que desfazer a falsa oposição de que as duas coisas são o reverso uma da outra. Podemos, pelo contrário, considerar que se complementam e podem reforçar-se mutuamente.

O carácter ontológico da língua

Aquilo a que chamo de carácter ontológico da língua prende-se com o seu papel na construção do pensamento e na estruturação do mundo percebido.

Uma língua estatui realidades, e o que não puder ser expresso numa língua é como se não existisse, pois não pode ser comunicado, sendo que mesmo o campo da comunicação não-verbal ou pré-verbal decorre no solilóquio da alma consigo mesma. Aristóteles intuiu-o quando enunciou as suas categorias mantendo a ambiguidade entre o seu carácter lógico (modos de dizer o ser) e ontológico (como o ser é), sendo bastante provável que acreditasse estar a tratar de coisas e não apenas de sinais usados para as expressar quando elaborou a sua classificação categorial.

Humboldt (1767-1835) explicitou esta natureza dúplice da linguagem/pensamento sendo que só por abstracção podemos distingui-las. É a linguagem que torna o pensamento possível, na medida em que segmenta, estabiliza e dá sentido aos dados da experiência nomeando-os. “Órgão do pensamento”, diz Hans Aarslif, não meramente designativa, mas criativa, não *ergon*, mas *energeia*, herança invisível e

legado futuro (Humboldt, 1999). Para Humboldt a língua é instrumental na gênese e formação das ideias de uma pessoa, de forma que cada linguagem determina ela própria uma mundividência. As línguas diferem não tanto pelos aspetos físicos ou sonoros, ou lexicais, mas pelas diferentes visões do mundo que determinam (Gradim, 2006).

A influência de Humboldt far-se-á sentir mais tarde nos trabalhos de Whorf (1897-1941) e Sapir (1884-1939), em que esta relação entre língua, pensamento e mundo é vista sob uma ótica comparatista e relativista (Sapir, 1963). Está também presente no aforismo de Peirce (1839-1914) quando identifica pensamento com linguagem e processos sógnicos em geral: “a minha língua é a soma total de mim mesmo; pois o homem é o pensamento” (CP 5.314, citado em Hartshorne, Weiss & Burks, 1931-35). George Lakoff retoma o tema focando-se nos aspetos da linguagem enquanto determinantes de um sistema conceptual, nomeadamente através do estudo do papel da metáfora na estruturação do pensamento e da ação, mostrando como a linguagem e as suas categorias instauram uma determinada visão do mundo (Lakoff, 1987; Lakoff & Johnson, 2008). Cada língua, de certa forma, modela e cria um mundo novo, no qual os objetos do entendimento e os conceitos usados para pensar e comunicar podem variar. A metáfora é um ponto privilegiado de observação desse fenómeno pois a maneira como iluminamos um conceito por outro é um descritor de como o concebemos, constituindo a base para o trabalho sobre a metáfora conceptual de Lakoff.

Mais recentemente James Underhill (2011), no seu compreensivo estudo sobre o poder criativo da metáfora – e deflectindo as acusações de relativismo dirigidas a Whorf e Sapir – distingue entre cinco sentidos em que o termo mundividência pode ser empregue quando se trata a relação entre linguagem e verdade e mundo: *percepção-mundo*, designando as categorias de compreensão que determinam a percepção do mundo; *concepção-mundo*, para os enquadramentos conceptuais que possibilitam a comunicação; *disposição cultural*, referindo-se à mundividência específica de um regime político ou religião, constituindo uma lógica própria no interior da qual os conceitos significam; *mundo pessoal*, a visão do mundo que podemos atribuir a indivíduos (Ghandi, Estaline, Saramago, por exemplo); e *perspetiva*, para a resposta conceptual e emocional extremamente variável que o indivíduo constrói a partir da interação com o mundo (Underhill, 2011, p. 7)¹.

1 Traduzido respetivamente de *world-perceiving*, *world-conceiving*, *cultural mindset*, *personal world*, e *perspective*.

As duas primeiras compreendem aquilo que designei de aspeto ontológico da linguagem: a instauração de modos de realidade que são linguisticamente traduzidos. Considero que neste quadro não se pode falar de relativismo, a principal crítica a Sapir e Whorf, já que não é a realidade nem a sua existência que é posta em causa, apenas se afirmando que existem diferenças no modo como a registamos e processamos a partir dos dados sensíveis, e que essa compreensão e essas diferenças são linguisticamente mediadas.

O aspeto ontológico da linguagem é então a mundividência do sistema da língua, que constitui as categorias da perceção, fornece os conceitos e organiza a relação entre estes. Considero este aspeto extraordinariamente relevante quando falamos de linguagem da ciência e do seu léxico, pois quando os conceitos desaparecem de uma língua ou nem chegam a ser criados, têm impacto na riqueza, diversidade e capacidade de expressão dessa língua, e nas mundividências que esta pode, ou não, suportar e operar.

O carácter instrumental da língua

As línguas também têm um carácter instrumental: servem à comunicação, têm um aspeto performativo, realizando ações no mundo, e enquanto tal são um instrumento político. Foucault notou este aspeto num tema que perpassa toda a sua obra: a produção discursiva da verdade e do conhecimento, e o modo como este se transforma em poder, ou, mais precisamente, como verdade, discurso e poder se engendram mutuamente. No universo foucaultiano a verdade é produzida através do poder, e o poder é exercido através da produção da verdade.

O regime discursivo da produção da verdade, a afirmação do que conta como verdade, é toda uma economia política, com o seu aparato de produção de verdade a partir do discurso científico; de difusão pela educação e os média; controlada e transmitida por instituições políticas e económicas como a universidade, o exercício, ou a escrita e os média (Foucault, 2000). O conhecimento está imbuído de relações de poder porque ele é utilizado para regular a conduta social, e conhecimento e verdade são produzidos discursivamente pelo e para o exercício do poder.

A metáfora do mercado a que Bourdieu (1982) recorre para iluminar o funcionamento da língua tem o dom de tornar patente quer este seu aspeto instrumental, quer o carácter estratégico e político do seu emprego. O capital linguístico é um bem simbólico que, juntamente com o capital económico, social e cultural

constitui o conjunto de bens com que o sujeito se apresenta no “mercado”, nele determinando agonisticamente a sua posição relativa. Este capital simbólico, determinando a posição do sujeito no campo, é simultaneamente causa e expressão do poder que este detém.

Assim, para Bourdieu também a linguagem é sujeito de relações de poder linguísticas que classificam, na geometria do mercado linguístico, dominantes e dominados. Este aspeto é evidente na relação entre a língua dos povos colonizadores relativamente aos colonizados, ou na distância entre a linguagem erudita, a linguagem das elites e a linguagem das classes populares. Mudar a sua posição no campo implica para o sujeito mudar a sua linguagem (ascensão social) ou a relação com a língua. O Estado, ao definir uma língua oficial normativa, e sancionar um padrão aplicável em todos os seus domínios de atuação reforça naturalmente esse valor do capital linguístico.

Esta análise da língua como capital simbólico que é objeto de troca num mercado linguístico torna evidentes as estruturas de poder que o uso de uma linguagem implica. As metáforas de “campo” e “mercado” são muito úteis para pensar os aspetos estruturais das questões de poder subjacentes à legitimação da fala, e ao facto de que todo o uso da linguagem é socialmente regulado. Assim, que haja uma língua própria para as elites, para os negócios da administração do Estado, ou para a produção e comunicação de ciência não constitui nunca um dado neutro, antes expressa as assimetrias dos atores dentro do campo.

O duplo carácter da língua

Consideramos que todas as línguas possuem e operam nesta dupla capacidade: ontológica e instrumental, e também que esta distinção é sobretudo intelectual, pois na sua encarnação mundana estes dois aspetos da língua encontram-se indissociavelmente ligados. É por causa deste carácter ontológico que a questão da língua não pode ser vista como meramente instrumental: uma língua de ciência e de cultura não é só um dispositivo para comunicar, nem um instrumento de afirmação de supremacia linguística: constitui também o dispositivo com que criamos, vemos e pensamos o mundo. A importância da afirmação do Português como língua de pensamento e de conhecimento relaciona-se com o seu valor enquanto bem simbólico e expressão de uma idiosincrasia cultural dos povos do extremo ocidental da Península Ibérica. Empobrecendo a primeira, enfraquece-se a segunda.

Um sinal positivo no sentido da afirmação do Português como língua de ciência, e muito necessário, seriam políticas da língua que defendam a presença estratégica do Português em diversos palcos: cultural, mediático, económico, político, científico.

Quando se consideram políticas da língua é indispensável distinguir as suas funções possíveis na sociedade: oficial, regional, comunitária, internacional, da capital, grupal, veículo de ensino, objeto de ensino, literárias e religiosas (Stewart, 1968). Uma política da língua deve atender a todos estes aspetos quando planifica o seu estatuto, sendo que boa parte de uma política linguística pode não chegar a ser explicitada em documentos legais. É que além da planificação explícita, expressa em normativos, não menos importante é a política estrutural implícita, latente (Feytor Pinto, 2010).

Em Portugal, e no caso da produção científica, estes dois elementos, implícito e explícito, parecem concorrer no mesmo sentido: escasso interesse, quando não penalização, pela pesquisa e publicação de ciência realizada em Português.

Este aspeto é aliás comprovado por um inquérito realizado junto da comunidade científica portuguesa, onde mais de 500 investigadores ligados a unidades de investigação registadas na FCT declararam sentir pressão para publicar em veículos internacionais, de preferência anglófonos, e reconhecem que têm como objetivo adaptar o seu comportamento a essa exigência, mesmo que não o viessem fazendo no passado (Gradim & Morais, 2016). Os investigadores percebem a perda de importância e influência do livro em detrimento do artigo; a necessidade de publicar em inglês, em veículos indexados reconhecidos internacionalmente, especialmente para os investigadores das Ciências; que os investigadores de Ciências Sociais e Humanidades vêm aumentando a produção em língua inglesa; e que embora haja uma preferência pelo Português como língua de publicação científica, há consciência da necessidade de replicar o modelo de publicação das Ciências Exatas, Naturais e Engenharias devido ao reconhecimento dos meios, e a elementos de avaliação externa e interna à academia.

Da neutralidade da ciência

Especialmente na ciência a dominância de um idioma é normalmente apresentada como neutra, porque a própria ciência é apresentada como neutra. Ora o problema é que são também apresentadas como neutras as consequências socioeconómicas e políticas decorrentes dessa hegemonia.

A ciência é um empreendimento social (Kuhn, 1975; Merton, 1973; Polanyi, 1966), com uma retórica própria, onde o *ethos*, o estatuto e prestígio de quem fala é porventura mais importante hoje (porque está a montante do financiamento), do que na Idade Média quando respeitosamente se citava O Filósofo para fundamentar algo. A este propósito Latour (1987) fez um trabalho notável não só acerca da retórica da comunicação científica, como, nas ciências naturais, relativamente à construção discursiva dos factos científicos, que nunca são apresentados como *constructo*, mas como facto indisputável, obscurecendo todos os outros aspetos subjacentes à sua criação.

E é especialmente no caso da Ciência que o *ethos* do enunciador permanece com maior sucesso obscurecido. O discurso científico – como aliás o jornalístico – é cuidadosamente construído para eliminar (ocultar) o sujeito da enunciação, assente sobre metáforas físicas e objetivando o mundo e suas instâncias. O resultado é uma linguagem que se apresenta como transparente, pois

é construída com o objetivo de dar a ver, ocultando-se enquanto meio, e obscurecendo simultaneamente a construção do objeto que dá a ver. Esse projeto de transparência, cujo principal dispositivo é o apagamento do enunciador, ocorre tanto nas ciências sociais como nas ciências naturais, e origina como subproduto a crença de que a língua em que a ciência se exprime é neutra, isto é, sem impacto na própria ciência ou nos seus sujeitos. (Gradim, 2018, p. 54)

Ora nem linguagem nem ciência são objetos assépticos e neutros. Está demonstrada a relação entre a linguagem e as condições políticas e materiais da globalização capitalista, e que o capitalismo científico, com os seus mecanismos de avaliação e ordenação, é um sistema vocacionado para a atração de recursos das periferias para o centro (Canagarajah, 2002; Phillipson, 2000; Ricento, 2000).

O Português como língua de ciência

É neste quadro – atendendo ao duplo carácter da língua, ontológico e instrumental e às próprias qualidades da ciência enquanto empreendimento social – que deve colocar-se a questão da comunicação e publicação científica, e em que idioma, em Portugal.

Na última década construíram-se, talvez inadvertidamente, incentivos à subalternização do Português como língua de ciência. Começam com a ausência de uma política de defesa e dignificação da língua na produção do trabalho académico. Intensificam-se com instrumentos de avaliação externa e interna: os painéis de avaliação externa de centros incluem elementos estrangeiros, valorizando-se os projetos e os *outputs* em inglês. No caso dos projetos europeus, não é valorizada nem contemplada a colaboração entre os países lusófonos.

Há também razões de ordem interna. Após 2007, com a aplicação dos acordos de Bolonha e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), as instituições construíram indicadores de avaliação interna que em quase todos os casos normalizam o quadro de publicação das Ciências Naturais – indexada em bases de dados com produção bibliométrica, ou seja, quase necessariamente em inglês porque Portugal, ao contrário de Espanha, e mesmo considerando a sua reduzida dimensão, tem poucas revistas indexadas. São estes constrangimentos externos e internos às instituições que compelem os investigadores à publicação em inglês, e justificam os resultados obtidos no inquérito que se debruçou sobre estas questões (Gradim & Morais, 2016).

Sem prejuízo da internacionalização da ciência que se faz em Portugal e da sua afirmação nos *fora* internacionais, abandonar o Português como língua de ciência é um erro que uma visão estratégica destas questões rejeitaria, com boas razões. Fazê-lo perpetua relações de poder/prestígio linguisticamente mediadas, apresentando a ciência como um resultado neutro e não o empreendimento social que também é.

Acresce que nas Ciências Sociais e Humanas a pesquisa é em geral enraizada localmente – questiona-se e constrói-se conhecimento sobre a comunidade e as suas representações, e esta é uma forma de devolver à sociedade o investimento feito. Ora para publicar em revistas anglo-saxónicas a investigação tem tendência a “universalizar-se”. Investigaremos mais o que interessa ao centro, drenando recursos das periferias para esse centro. Raramente nos questionamos porque uma investigação com origem nos Estados Unidos ou no Reino Unido, sobre jornalismo, representa “O Jornalismo” na sua condição de arquétipo universal; enquanto a mesma investigação tendo como palco os países ibero-americanos – que constituem em conjunto uma comunidade de maior dimensão – representa quando muito o jornalismo ibero-americano, uma realidade regional e periférica em relação ao conhecimento do centro anglófono.

Tais práticas empobrecem a comunidade, o autoconhecimento que esta tem de si e a sua identidade, que é cultural e linguisticamente forjada. Com o tempo,

impedirão a criação de um léxico em Português capaz de expressar ciência: se existiu, deixará de existir, de modo que se torne verdadeiramente impossível pensar ciência, e fazer ciência em Português, porque o vocabulário da sua conceção não chegou a ser criado.

Três indicadores de esperança

Os impérios, como os imperialismos, são voláteis. Não há nenhum destino inelutável relativamente à afirmação do Português como língua de ciência, e há mesmo indicadores positivos, de que destacarei três, a esse respeito.

O primeiro tem a ver com a pujança das línguas ibéricas, injustamente negligenciada, por razões que se prendem com os aspetos sociológicos e políticos já mencionados. Mostram-no os números. Segundo o Atlas da Língua Portuguesa de Luís Antero Reto, o Português é a língua oficial de oito países, ultrapassando 275 milhões de falantes, que representam 3,7% da população mundial. É uma língua global que se encontra espalhada por todos os continentes e que terá um crescimento estimado de falantes até 487 milhões no final do século (Reto, Machado & Esperança, 2016). Já o Espanhol é a língua oficial de 21 países, e não oficial em mais 25, somando 472 milhões de falantes nativos e 567 milhões de “falantes potenciais”. Em 2016, 7,8% da população mundial era de língua espanhola, e estima-se que esta percentagem permaneça estável até 2050, acompanhando o crescimento da população mundial, enquanto falantes nativos de inglês e chinês devem diminuir devido à demografia (Vitores, 2016).

A proximidade entre o Português e o Espanhol (a que chamarei línguas Ibéricas) fazem deste o maior bloco linguístico indo-europeu, com 700 milhões de falantes nativos; enquanto o Inglês tem 375 milhões de nativos.

Estes números têm reflexo na publicação de ciência. Uma análise bibliométrica sobre as línguas de publicação no Science Citation Index (SCI) e Social Sciences Citation Index (SSCI) da Web of Science (WoS), desde a década de 60 do século passado até ao presente, comprova a ascensão dos idiomas ibéricos na WoS. A partir de 2009, e ao longo de toda a última década, as duas línguas somadas são a segunda língua de publicação de ciência na Web of Science, logo após o Inglês. Esta tendência sai muito reforçada na análise do ESCI (Emerging Sources Citation Index), que nos mostra ainda haver potencial de crescimento do Ibérico na *core collection* da WoS (Gradim & Naval, 2019).

Tais dados – o Português e o Espanhol serem a segunda língua de publicação da WoS – apelam a uma reflexão séria sobre o potencial do espaço de publicação luso-espanhol, nomeadamente no que concerne à eliminação de barreiras à indexação de revistas, em Português.

Um segundo aspeto que renova a esperança em políticas mais favoráveis ao Português como língua de ciência é a criação de indicadores específicos para a publicação académica em Português. É consensual a utilidade de indicadores de avaliação específicos para as Ciências Sociais e Humanas devido às questões linguísticas. Em Portugal a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) iniciou esse processo com a construção de um indicador de qualidade para as publicações na área. A metodologia incluiu um inquérito lançado junto da comunidade científica portuguesa para identificar as publicações consideradas mais relevantes. As seis mil revistas e duas mil editoras assim identificadas foram avaliadas posteriormente por um painel de peritos para a verificação de alguns critérios de qualidade, e os resultados aguardam por ser divulgados. O indicador bibliométrico para Ciências Sociais e Humanidades pode desencorajar a extinção do Português como língua de ciência, ajudando-o a afirmar-se, nas suas diversas matizes, como língua de ciência para a Lusofonia.

Em terceiro lugar, há sinais de uma crescente consciência política destas circunstâncias, e de um ativismo linguístico que reclama identidade e representação proporcionais à dimensão dos povos em que a investigação e publicação têm origem e são conduzidas.

É o caso do projeto REDIB – Rede Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento Científico, uma plataforma concebida para o desenvolvimento do espaço ibero-americano de conhecimento patrocinada pela Universia e pela Agencia Estatal del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), e que aposta em não ser meramente um produto, mas parte da criação de um espaço ibero-americano de conhecimento.

A ideia é criar uma plataforma única comum de acesso de publicações ibero-americanas, pois não haverá ativismo comum sobre o Espanhol e Português como línguas de ciência sem uma plataforma comum, que deverá contribuir para elevar o nível científico das publicações ao estabelecer critérios de qualidade para admissão, e mecanismos de formação para as revistas que a pretenderem integrar.

A REDIB irá desenvolver indicadores bibliométricos, especialmente em torno de citações, e para isso está a trabalhar com a Clarivate Analytics (que desenvolve os indicadores para a WoS), para desenvolver indicadores REDIB na parte do fundo

que é comum à WoS (65%). A parte do fundo que não é comum terá um indicador a desenvolver no CSIC, a maior instituição pública dedicada à investigação em Espanha, e a terceira maior da Europa.

O resultado deste trabalho será um ranking de revistas ibero-americanas, com indicadores de citação. O objetivo é melhorar a produção científica e a situação científica dos países, para transformar o Espanhol e o Português em línguas privilegiadas de comunicação de ciência. Se existirem indicadores de citação no espaço ibero-americano, serão usados, e os investigadores tenderão a citar-se mais (Serra, 2016); ao fazê-lo, melhoram a ciência produzida, dando-lhe mais visibilidade, num círculo virtuoso que se retroalimenta.

Mais do que o próprio produto – que é sem dúvida importante porque são precisos indicadores para combater indicadores – a REDIB representa uma tomada de consciência da importância do espaço ibero-americano de produção e difusão de ciência; uma ação para estabelecer esse espaço que envolve conhecimento, meios e financiamento em grandes quantidades; e o reclamar de que lhe corresponda, na WoS e nos *fora* internacionais de ciência, um espaço que represente a qualidade da ciência ibero-americana e que seja proporcional à sua importância económica, geográfica e demográfica. Neste momento claramente não o é.

Concluindo

Nem o Português, nem o Espanhol são pequenas línguas que façam com que, se autores nativos destes idiomas quiserem ser lidos internacionalmente, tenham de publicar em inglês. Entre 250 a 350 milhões de falantes justificam plenamente a aposta no Português como língua de ciência, especialmente na área das Ciências Sociais, e como factor de coesão dos povos que se expressam nessa língua nos países lusófonos.

O Português deve ter um futuro como língua de comunicação de ciência – mas são os seus falantes que têm de lutar por uma maior visibilidade e dignificação da investigação em língua portuguesa.

Alguns destes elementos apontam para que se possa hoje fazê-lo sem ser acusado de fechamento e recusa da internacionalização. Outros sinais favoráveis apresentam-se: Portugal cada vez tem mais revistas em língua portuguesa

indexadas na Scopus, e Ciências da Comunicação é a área das Ciências Sociais e Humanas, a par da Sociologia, com mais revistas incluídas².

Trata-se de uma evolução notável, embora recente: é preciso sinalizar, cada vez mais claramente, que a importância da língua na produção e comunicação de ciência deve corresponder à importância cultural, geográfica, económica e demográfica dos seus cultores.

A modesta proposta de resgatar uma dialética – de sabor hegeliano, no sentido de um progresso ascendente incorporando a memória e história do processo de estabelecimento do “mercado linguístico” no que à ciência diz respeito – sendo um passo de reafirmação, ativismo e “combate linguístico”, corresponde não a um retorno à menoridade da ciência fechada do universo salazarista, mas à verdadeira ultrapassagem dessa menoridade, ou seja, corresponde à sua maturidade e afirmação.

Referências

- BOURDIEU, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- CANAGARAJAH, S. (2002). Reconstructing local knowledge. *Journal of Language, Identity and Education*, 1(4), 243-259.
- DE SWAAN, A. (1993). The emergent world language system: An introduction. *International Political Science Review*, 14(3), 219-226.
- FEYTOR PINTO, P. (2010). *O Essencial sobre política da língua*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FOUCAULT, M. (2000). *Essential works of Foucault, 1954-1984* (J. D. Faubion Ed. Vol. 3, Power). New York: New Press.
- GRADIM, A. & MORAIS, R. (2016). Tendências atuais na publicação científica: o português como língua de ciência. *Observatorio (OBS*)*, 10(3), 15.
- GRADIM, A. & NAVAL, V. P. (2019). Policies for Portuguese and Spanish: the world's second publication language in web of science. *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa*, 29(2), 145-160.
- GRADIM, A. (2006). *Comunicação e Ética. O sistema semiótico de Charles S. Peirce*. Covilhã: Labcom Books.

2 São quatro presentemente: *OBS**, *Estudos em Comunicação*, *Comunicação e Sociedade*, e *Mídia & Jornalismo*.

- GRADIM, A. (2018). Políticas da língua e comunicação de ciência: a importância do multilinguismo no espaço lusófono de conhecimento. *Revista Missões*, 4(2), 52-67.
- HARTSHORNE, C., WEISS, P., & BURKS, A. W. (Eds.) (1931-35) *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (Vol. V). Cambridge: Harvard University Press.
- HUMBOLDT, W. (1999). *On Language: On the Diversity of Human Language Construction and its Influence on the Mental Development of the Human Species*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KUHN, T. S. (1975). *A estrutura das revoluções científicas* (Vol. 3). São Paulo: Perspectiva.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (2008). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press.
- LATOUR, B. (1987). *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*. Harvard: Harvard University Press.
- MERTON, R. K. (1973). *The sociology of science: Theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press.
- OCDE (2018). Gross domestic spending on R&D. Doi <https://doi.org/10.1787/d8bo68b4-en>
- PHILLIPSON, R. (2000). English in the New World Order: Variations on a Theme of Linguistic Imperialism and “World” English. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, Politics and Language Policies: Focus on English* (pp. 87-106). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- POLANYI, M. (1966). *The tacit dimension*. Chicago, London: University of Chicago Press.
- RETO, L., MACHADO, F. L. & ESPERANÇA, J. P. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RICENTO, T. (2000). Ideology, politics and language policies: introduction. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, Politics and Language Policies: Focus on English* (pp. 1-8). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- SAPIR, E. (1963). *Selected writings of Edward Sapir in language, Culture and Personality* (D. G. Mandelbaum Ed.). Berkeley: University of California Press.
- SERRA, J. P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. Doi: <http://dx.doi.org/10.21814/rlec.115>
- STEWART, W. (1968). Sociolinguistic Typology of Multilingualism. In J. Fishman (Ed.), *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton Publishers.
- UNDERHILL, J. W. (2011). *Creating worldviews: metaphor, ideology and language*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- VÍTORES, D. F. (2016). *El español: una lengua viva - informe 2016*. Retirado de <http://www.cervantes.es/imagenes/File/prensa/EspanolLenguaViva16>